

CCJ pode aprovar seis anos de cadeia por grampo ilegal

A Comissão de Justiça (CCJ) pode concluir amanhã a votação da proposta que prevê até seis anos de reclusão para autoridades públicas que violarem o sigilo de comunicação telefônica sem

autorização judicial. Os presidentes do Senado, Garibaldi Alves, e da CCJ, Marco Maciel, acreditam na aprovação do projeto, que poderá ser enviado imediatamente à Câmara dos Deputados. O texto

final, baseado em proposta de Jarbas Vasconcelos, foi elaborado pelo relator Demostenes Torres. Ele determina que a interceptação somente poderá ser efetuada por operadora telefônica. **4 e 5**

Cristina Kirchner visita o Senado

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, visitou ontem o Senado, onde foi recebida pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves, e por diversos

senadores. Cristina Kirchner anunciou a intenção de iniciar a construção da embaixada do país em Brasília, 40 anos após a locação do terreno. Homena-

geada por José Sarney, a presidente se disse feliz por acreditar que Brasil e Argentina têm conseguido superar a crença de que os dois países seriam inimigos. **8**

Grampos não foram feitos no Senado, diz relatório

Relatório preliminar com o resultado das investigações sobre escuta telefônica em gabinetes de senadores mostra que os grampos não ocorreram nas dependências do Senado. Segundo o diretor da Polícia da Casa, Pedro Ricardo Carvalho, nova perícia pode ser solicitada a órgãos externos. **4 e 5**

“Telefonia é deficiente na Amazônia”

Jefferson Praia denuncia problemas de infra-estrutura, especialmente de comunicação, em vários municípios amazonenses. **7**



Fotos de Genildo Magela

Cristina Kirchner ressalta, na conversa com Garibaldi Alves no Salão Nobre do Senado (foto ao alto), o estreitamento de relações entre Brasil e Argentina. Presidente deixa o prédio do Congresso em companhia de servidores do Cerimonial (foto ao lado)



Alvaro quer acabar com corte em verba para segurança

Alvaro Dias cobrou ontem da Câmara a votação de projeto que proíbe o contingenciamento de verbas da área de segurança pública, já aprovado pelo Senado. A medida, segundo afirmou, é necessária para combater a violência, que produz na população efeito semelhante ao gerado por guerras civis. **7**

Proposta em pauta na CAE visa abolir mecanismo que impede concorrência tanto entre credenciadoras quanto entre bandeiras

Exclusividade no mercado de cartões pode acabar

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) deve analisar hoje proposta que tem por objetivo abolir mecanismos que inibem a concorrência na indústria de cartões de crédito.

Um dos alvos do projeto (PLS 680/07) são as cláusulas de exclusividade, que garantem a uma única empresa credenciadora o direito de habilitar estabelecimentos comerciais para uma determinada marca de cartão (bandeira). A segunda exclusividade que o projeto visa abolir é a imposta por uma específica bandeira, ao obrigar o credenciador a habilitar estabelecimentos comerciais somente para ela.

A proposta, de Adelmir Santana (DEM-DF), tem Gerson Camata (PMDB-ES) como relator e receberá decisão terminativa na CAE. No parecer, Camata insere emenda para assegurar cláusula de exclusividade em favor de bandeiras pequenas, com participação no mercado inferior a 10%. Nesse caso, conforme o relator, "a exclusividade poderia contribuir para uma maior concorrência, em vez de

prejudicá-la".

O relator argumenta que o efeito positivo para a concorrência decorreria do estímulo que essa exceção daria para a consolidação de novas bandeiras no mercado. Em termos práticos, para ganhar acesso ao mercado, as pequenas bandeiras buscariam associações exclusivas com credenciador que já tenha grande penetração no mercado nacional ou regional – como bancos ou grandes redes varejistas.

Regulamento

A emenda prevê que os detalhes referentes ao exercício da exclusividade para as pequenas bandeiras serão estabelecidos em regulamento próprio. Nele, devem constar, entre outros elementos, regras sobre a forma de mensurar a participação no mercado ou qual seria o mercado (por exemplo, se nacional ou regional). Porém, enquanto esse regulamento não for criado, a



Adelmir é autor da proposta, que receberá decisão terminativa na CAE

proibição de cláusulas de exclusividade deverá valer para todas as bandeiras e empresas credenciadoras de lojistas – também conhecidas como adquirentes.

Na justificativa do projeto, Adelmir esclarece que o mercado de cartões está organizado de duas formas distintas: em sistemas fechados ou abertos. No primeiro caso, a bandeira cuida de todo o funcionamento da atividade, desde a seleção de clientes, passando pelo credenciamento de lojistas, até a organização dos pagamentos. Como exemplo, citou os cartões

lojistas. No Brasil, são exemplos os sistemas Visa e Mastercard. No relatório, Camata afirma que as duas bandeiras controlam, juntas, cerca de 90% do mercado nacional. Diz que cada uma opera somente com um credenciador, em situação oposta ao que ocorre em muitos países, como os Estados Unidos.

No caso do Visa, onde a exclusividade está expressa em contrato, o credenciamento é feito apenas pela Visanet. Já o Mastercard, mesmo sem cláusula de exclusividade, opera somente com a Redecard. Assim,

American Express e Hipercard.

No caso dos sistemas abertos, a bandeira descentraliza as principais atividades. Quem atrai e seleciona os clientes são os chamados emissores, em geral bancos comerciais.

Na outra ponta, existem os chamados credenciadores (ou adquirentes), responsáveis por filiar os

caso o lojista deseje aceitar cartões dessas duas bandeiras, precisa firmar contrato com as respectivas credenciadoras.

Para Adelmir Santana, a baixa concorrência entre credenciadores aumenta as chances de abuso de poder econômico. "Nunca é demais lembrar que, no Brasil, os comerciantes pagam uma das taxas mais altas do mundo para os adquirentes – dependendo do setor, de até 5% do valor de cada venda", criticou.

Exportadores

Também hoje a CAE deve examinar substitutivo do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a proposta (PLS 632/07) de Francisco Dornelles (PP-RJ) que garante aos setores exportadores o desconto imediato, e em valor integral, dos créditos originários das contribuições para o PIS/Pasep e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O benefício é concedido na aquisição de matérias-primas no mercado interno e, ainda, na importação de bens de capital destinados à produção de bens exportáveis.

Projeto aperfeiçoa regime legal de arrecadação do Fust

Projeto que aperfeiçoa o regime legal do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) quanto à arrecadação da contribuição devida por empresas prestadoras de serviços de telecomunicações está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

A proposta (PLS 297/07), de Renato Casagrande (PSB-ES), tem parecer favorável de Arthur Virgílio (PSDB-AM), na forma de substitutivo. O projeto modifica a Lei 9.998/00, que instituiu o Fust. O substitutivo estabelece que a falta ou insuficiência do recolhimento da contribuição implicará aplicação de multa e juros estabelecidos pela legislação tributária. Segundo o texto, será responsável solidário pelo pagamento da contribuição e das infrações a ela referentes a prestadora de serviços de telecomunicações que realiza esses serviços por conta e ordem ou por intermédio de outras prestadoras.

Segundo Casagrande, o projeto visa suprir o "vazio legislativo" hoje existente. Em seu parecer, Virgílio concorda que há um "vazio jurídico" na legislação, já que não foram disciplinados aspectos concernentes à arrecadação da contribuição.



Proposta visa suprir o "vazio legislativo" hoje existente, diz Casagrande

Na pauta da CCJ, projeto que criminaliza bingos

Os jogos de azar, inclusive os bingos, poderão ser enquadrados como prática criminosa tipificada pelo Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), conforme proposta a ser examinada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Apresentado pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, o projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), e voto em separado do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Em seu parecer, Jarbas Vasconcelos considera oportuna a medida, contida no projeto (PLS 274/06), que retira o ilícito de exploração de jogos de azar da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688/41) e o inclui no Código Penal. Com a mudança, explica o senador, a prática passará a ser punida como crime, com penas que variam de um a três anos de reclusão, mais multa.

A proposta também altera a Lei 9.613/98 para incluir os jogos de azar no rol de crimes antecedentes de lavagem de dinheiro e determinar a indisponibilidade dos bens das pessoas condenadas pela prática do ilícito. Ao defender a aprovação da matéria, Jarbas Vasconcelos lembrou que o relatório final da CPI dos Bingos apontou fortes indícios de ligação de empresas que exploram jogos de azar com o crime organizado, promovendo a lavagem de dinheiro.

O voto em separado apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares traz duas emendas ao projeto. Na primeira, o parlamentar sugere que a punição para envolvidos com jogos de



Jarbas Vasconcelos (foto ao alto) é favorável ao projeto, que tem voto em separado de Valadares (foto acima)

azar seja de cinco a dez anos de prisão. Ele explica que a punição prevista na proposta (um a três anos de prisão) pode ser cumprida em regime aberto ou mesmo ser substituída por pena restritiva de direito, não cumprindo, portanto, o objetivo de tornar mais rigorosa a punição aos que mantêm casas de bingos e demais jogos de azar.

O parlamentar sergipano também propõe a retirada de artigo que determina a inclusão de jogos de azar entre os crimes antecedentes de lavagem de dinheiro. Valadares argumenta que a medida já estaria contemplada em projeto (PLS 209/03) aprovado em maio passado pelo Senado e que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados. Após a deliberação na CCJ, a proposta da CPI dos Bingos seguirá para exame do Plenário do Senado.

Microempresa

Também consta da agenda da Comissão de Justiça projeto da Câmara (PLC 91/07) que reduz o prazo máximo para decisão sobre pedido de registro de pequena e microempresa. De acordo com a matéria, as juntas comerciais passarão a ter cinco dias corridos para efetivar o registro solicitado ou, quando for o caso, apresentar exigências complementares. O prazo será contado a partir do dia útil seguinte ao da formalização do pedido junto ao órgão.

A proposta estabelece ainda que o descumprimento do prazo poderá resultar em processo administrativo disciplinar para apurar responsabilidades e determinar as penalidades previstas em lei. Estabelece também que sejam asseguradas as indenizações por perdas e danos decorrentes do atraso na resposta ao pedido de registro da empresa.

O relator da proposição, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou voto pela aprovação da matéria. Em seu parecer, ele destaca o papel das micro e pequenas empresas na geração de empregos e defende a simplificação do processo para a constituição das firmas. O senador também elogia medida contida no projeto que reduz o prazo para apreciação de recurso apresentado à junta comercial quando do indeferimento do pedido de registro.

Após a votação da matéria na CCJ, a proposta será enviada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Isenção de taxa extra para bagagem pessoal

Na reunião de amanhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar projeto que proíbe a cobrança de taxas extras de bagagens consideradas de uso pessoal ou profissional dos passageiros, desde que atendidas as especificações de peso e volume editadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Está incluído aí todo material esportivo – como bicicletas, pranchas de surfe e equipamentos de esqui –, além de instrumentos musicais. A proposta tem parecer favorável de Valdir Raupp (PMDB-RO).

De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86), tais equipamentos são considerados bagagem especial e, portanto, ficam sujeitos à cobrança de taxas extras. Pelo projeto (PLC 127/07), o passageiro de transporte aéreo tem o direito de levar consigo seus instrumentos de trabalho ou acessórios de lazer sem desembolsar nenhum tipo de pagamento, como ocorre na maioria dos países.

A proposta, entretanto, veda a franquia para o transporte de animais vivos e produtos perigosos ou de interesse militar.



Valdir Raupp relata proposta na Comissão de Constituição e Justiça

Escuta domina a pauta de três comissões: enquanto a CCJ prevê a conclusão do exame de proposta que pune violação de sigilo, a CCT pode regular compra e venda de equipamentos de escuta telefônica e a de Inteligência ouvirá ministro da Segurança Institucional, diretor da Polícia Federal e dirigente afastado da Abin

Garibaldi espera exame de proposta com urgência

Em entrevista à imprensa, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, deu ontem como certa a aprovação, amanhã, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do projeto que prevê até seis anos de reclusão para autoridades públicas que violarem o sigilo da comunicação telefônica sem autorização judicial.

O substitutivo, elaborado em conjunto com o Ministério da Justiça, é baseado em projeto de lei (PLS 525/07) do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e incorporou sugestões previstas no PL 3.272/08, do Poder Executivo, em tramitação na Câmara. A matéria tem decisão terminativa na CCJ, onde foi aprovada em primeiro turno no dia 27 de agosto.

– Não consulte os líderes ainda, mas, numa hora como esta, creio que eles vão concordar com isso [com a aprovação urgente do projeto], para que possamos dispensar o que for necessário, em termos de prazo, para chegarmos a uma deliberação na quarta-feira [amanhã] – disse Garibaldi.

O substitutivo modifica a Lei 9.296/96, que regulamenta dispositivo da Constituição sobre a inviolabilidade das comunicações telefônicas, disciplinando a quebra desse sigilo, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Projeto institui conselhos para fiscalizar atividade

Foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para votação em decisão terminativa, projeto de lei apresentado na quinta-feira passada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que prevê a fiscalização de pedidos de escuta telefônica por conselhos vinculados a cada ramo do Ministério Público da União e dos estados.

O projeto (PLS 327/08), que aguarda na CCJ por emendas e indicação de relator, atribui aos conselhos poderes para auditar as instalações das unidades de segurança pública que mantenham equipamentos de interceptação ou monitoração telefônica, bem como verificar a existência de interceptações irregulares ou o descumprimento de determinações dos próprios conselhos.

– Impõe-se aperfeiçoar os mecanismos de realização desse tipo de atividade que é, muitas vezes, imprescindível para a investigação criminal, mas que não pode ultrapassar os limites do devido processo legal e do Estado democrático de direito – explica Alvaro Dias.

Cada conselho manterá, de forma centralizada, controle de todos os pedidos de escuta telefônica, com os respectivos dados, como número, autoridade responsável etc.

CCJ pode aprovar hoje seis anos de reclusão por grampo ilegal

A VOTAÇÃO DA proposta que prevê até seis anos de reclusão para autoridades públicas que violarem o sigilo da comunicação telefônica sem autorização judicial poderá ser concluída hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A intenção do presidente da comissão, senador Marco Maciel (DEM-PE), é a de que a matéria seja enviada no mesmo dia à Câmara dos Deputados.

A proposta, que tramita em decisão terminativa, já foi aprovada em primeiro turno dia 27 de agosto, mas precisa ainda passar por turno suplementar de votação.

O substitutivo foi elaborado em conjunto com o Ministério da Justiça e com base nos projetos de lei do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) – o PLS 525/07 – e do Poder Executivo (PL 3272/08), que tramita na Câmara.

A matéria modifica a Lei 9.296/96, que regulamenta dispositivo da Constituição sobre a inviolabilidade das comunicações telefônicas, disciplinando a quebra desse sigilo, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Em entrevista à Agência Senado na semana passada, o senador Demostenes Torres (DEM-GO), relator da matéria na CCJ, lembrou que a nova

legislação trata apenas de escuta telefônica legal.

O senador disse que, para regulamentar adequadamente a questão das interceptações telefônicas clandestinas, é preciso criar um controle de atividades da Inteligência. Segundo ele, iniciativa nesse sentido deverá ser tomada pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, que se reúne nesta tarde.

– É preciso criar esse controle, com participação inclusive da sociedade, para reprimir adequadamente esses grampos – afirmou Demostenes.

O senador referiu-se particularmente à denúncia publicada pela revista *Veja* da semana passada de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) seria a responsável por uma série de interceptações telefônicas ilegais de conversas de autoridades dos três Poderes.



Relatório de Demostenes Torres agrega um projeto de Jarbas Vasconcelos e outro do Poder Executivo e será apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça em caráter terminativo: aprovação é dada como certa por Garibaldi Alves

Autorização judicial deverá identificar profissionais

O texto aprovado em primeiro turno na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) estabelece que, para permitir a punição dos responsáveis pelo vazamento de informações sigilosas, o mandado judicial que determinar a quebra do sigilo deverá indicar o nome da autoridade responsável pela execução ou pelo acompanhamento de todo o processo e o nome do profissional da operadora telefônica responsável pela execução técnica do grampo.

Da mesma forma, deverão ser informados os nomes do juiz, do escrivão e de qualquer outra autoridade que tiver acesso às informações contidas na interceptação.

A proposta também permite um

maior envolvimento do juiz, pois determina que o prazo de duração da quebra do sigilo telefônico seja de no máximo 60 dias, prorrogáveis por igual período, desde que necessário. O prazo máximo será de 360 dias ininterruptos, exceto em caso de crime permanente, quando poderá ser estendido.

A decisão que autorizar o grampo deverá ser formulada por escrito pelo juiz competente com base numa série de informações que vão desde a existência de indícios da prática do crime até a demonstração da necessidade da quebra de sigilo e da impossibilidade de obtenção de provas por outros meios.

O substitutivo também prevê a

possibilidade de as conversas do advogado com o réu ou acusado serem utilizadas na instrução criminal quando o relacionamento com o cliente ultrapassar os limites do exercício da atividade profissional.

Ficou definido ainda que as quebras de sigilo telefônico somente poderão ser efetuadas por operadores de telefone, acabando com a prerrogativa que tinham o Ministério Público e os Departamentos de Polícia Civil e Federal, que também poderiam ser autorizados judicialmente a fazê-lo.

O substitutivo garante a apresentação de recurso junto ao Ministério Público contra a decisão do juiz que indeferir a quebra de sigilo. O relator,

com base em decisão fundamentada, poderá conceder liminarmente o pedido de quebra e a análise do mérito do pedido de recurso tramitará em segredo de Justiça, a fim de resguardar a eficácia da investigação.

Outra proposta incluída no substitutivo é a determinação de criação, pelo Poder Executivo, de um sistema centralizado de informações sobre quebra de sigilo de comunicações telefônicas de qualquer natureza, para fins exclusivamente estatísticos e de planejamento de ações policiais. Esse sistema não arquivará o conteúdo das comunicações nem os códigos de identificação ou outros elementos capazes de expor os envolvidos.

O texto aprovado na CCJ mantém

a pena de reclusão de dois a quatro anos e multa para quem violar o sigilo constitucional de comunicação telefônica, de informática ou telemática sem autorização judicial.

Porém, estende a punição a quem viola o segredo de Justiça decorrente da quebra de sigilo e aumenta a pena de um terço até a metade se essa violação for praticada por funcionário público no exercício de suas funções.

Também fica sujeito a pena de reclusão de um a três anos e multa aquele que fizer afirmação falsa para induzir a erro a autoridade judicial no procedimento de interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática.



A Comissão de Ciência e Tecnologia vai analisar várias outras matérias amanhã, incluindo proposta que disciplina o comércio de veículos usados no país

Projeto prevê cadastro de equipamentos de escuta

As empresas fabricantes de equipamentos de escuta telefônica e monitoramento poderão ser obrigadas a informar ao Departamento da Polícia Federal (DPF), do Ministério da Justiça, o cadastro completo dos compradores públicos e privados. Proposta com essa finalidade está na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e deverá ser analisada na próxima reunião do colegiado, prevista para amanhã.

O projeto (PLS 741/07) é de autoria do senador Romeu Tuma (PTB-SP) e já recebeu parecer favorável do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB). Se aprovada na CCT, a matéria será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania (CCJ), na qual receberá decisão terminativa. Na justificativa do projeto, Tuma afirma que a Polícia Federal precisa fazer o controle da distribuição de equipamentos de escuta telefônica e o seu respectivo monitoramento.

Veículos

Também está na pauta da CCT projeto de lei da Câmara (PLC 51/08) que tem a finalidade de obrigar a inserção, nos anúncios de veículos usados, das características do automóvel, do preço de venda, do ano de fabricação, do modelo, da placa e do número do chassi. As informações, conforme a proposta, devem ser anunciadas de forma clara e objetiva. Essa obrigatoriedade diz respeito aos meios de comu-

niciação escrita.

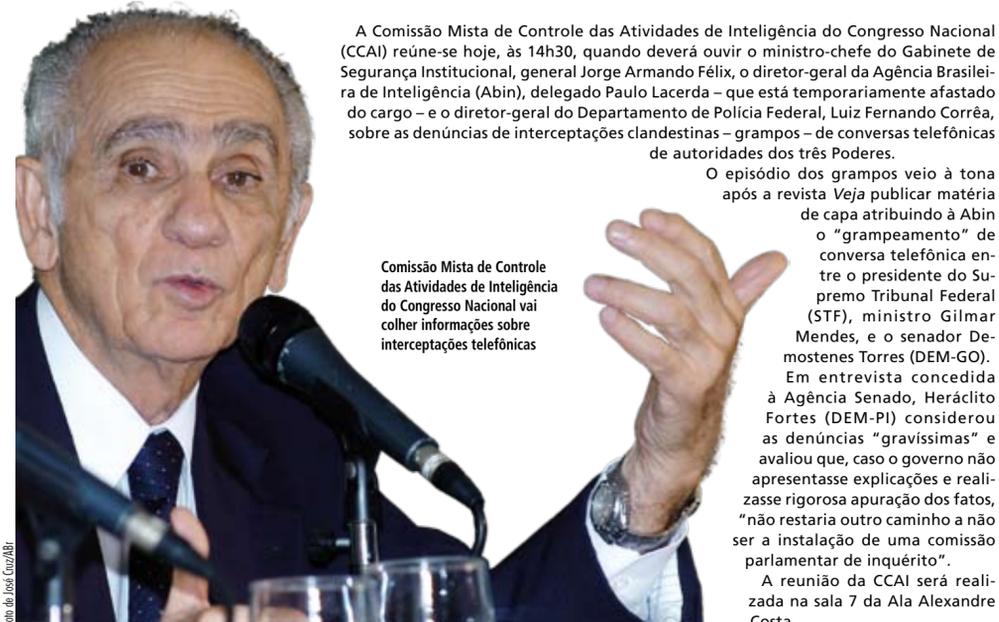
A proposta, que acrescenta artigo ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), é do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) e recebeu parecer favorável do senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Após deliberação na CCT, o projeto ainda será analisado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), antes de ser encaminhado ao Plenário do Senado.

A Comissão de Ciência e Tecnologia também poderá aprovar sete projetos de decreto legislativo que visam outorgar permissão ou autorização para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de radiodifusão

comunitária no Rio Grande do Sul, Paraná e Paraíba.

Constam ainda da pauta da CCT os seguintes projetos de lei: o PLS 251/08, de autoria de Geovani Borges (PMDB-AP) – o senador exerceu a suplência de Gilvam Borges (PMDB-AP) –, que visa permitir a formação de redes por emissoras de radiodifusão comunitária na Amazônia Ocidental para a transmissão de programação exclusivamente jornalística ou educativa; o PLC 93/08, do deputado Sérgio Arouca, já falecido, que regula a Comissão de Constituição para estabelecer os procedimentos para uso de animais em pesquisas científicas; e o PLS 677/07, do senador Adelmir Santana (DEM-DF), que dispõe sobre cartões de crédito e débito.

General Félix e Lacerda falam hoje a comissão do Congresso



A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI) reúne-se hoje, às 14h30, quando deverá ouvir o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Paulo Lacerda – que está temporariamente afastado do cargo – e o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, sobre as denúncias de interceptações clandestinas – grampos – de conversas telefônicas de autoridades dos três Poderes.

O episódio dos grampos veio à tona após a revista *Veja* publicar matéria de capa atribuindo à Abin o “grampeamento” de conversa telefônica entre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, e o senador Demostenes Torres (DEM-GO). Em entrevista concedida à Agência Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI) considerou as denúncias “gravíssimas” e avaliou que, caso o governo não apresentasse explicações e realizasse rigorosa apuração dos fatos, “não restaria outro caminho a não ser a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito”.

A reunião da CCAI será realizada na sala 7 da Ala Alexandre Costa.

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional vai colher informações sobre interceptações telefônicas

O general Jorge Félix, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, é um dos convidados

Comissões se reúnem amanhã para analisar vários projetos de interesse popular e debater assuntos como a crise mundial de alimentos



Robson Martins/Ministério das Cidades

Autor do projeto ressalta que o apoio técnico público na área de edificações populares é amparado pela Constituição

Habitação de baixa renda pode ter assistência pública

FAMÍLIAS COM RENDA mensal de até três salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, poderão ter direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e para a construção de habitação de interesse social – conhecida como casa popular –, destinada a sua própria moradia. A concessão do benefício é objeto de projeto de lei da Câmara (PLC 13/08), de autoria do deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA), que deverá ser apreciado na reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), marcada para amanhã, às 11h.

Na justificativa da matéria, Zezéu Ribeiro destaca a importância da criação e da manuten-

ção de sistemas de arquitetura e engenharia públicas diante do elevado déficit habitacional e da urbanização desordenada que ocorrem em todas as regiões do país. Na sua avaliação, ofertar à população de baixa renda uma habitação digna e construída de forma cuidadosa, com respeito às condições de salubridade e de convivência social, é decorrência direta do estabelecido pelo artigo 6º da Constituição federal.

Micronutrientes

A comissão deverá analisar também, em decisão terminativa, o projeto de lei do Senado (PLS 203/06), de autoria do se-

nador Pedro Simon (PMDB-RS), que determina a incorporação de micronutrientes aos adubos utilizados nos cultivos agrícolas, com a finalidade de melhorar o valor nutricional dos alimentos produzidos no país.

Santa Casa

Durante a reunião, os senadores deverão debater ainda o relatório da visita de membros da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – que funciona no âmbito da CAS –, a qual verificou *in loco* a situação da Santa Casa de Misericórdia de Belém, em que mais de 200 recém-nascidos morreram este ano.

Candidato a diretor da Anvisa terá nome avaliado

Na reunião de amanhã, a CAS vai analisar a indicação de Dirceu Brás Aparecido Barbano para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A indicação foi feita pela Presidência da República e, de acordo com previsão constitucional, deve ser examinada pelo Senado. Após exame da CAS, o candidato terá seu nome analisado em Plenário.

Dirceu Barbano é formado em ciências farmacêuticas, na modalidade farmácia industrial, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas (SP). Em quase 20 anos de experiência profissional, foi secretário municipal de Saúde de Ibaté e

São Carlos, em São Paulo, professor na PUC-Campinas, gestor de hospitais filantrópicos, membro do Conselho Federal de Farmácia e diretor do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo.

Desde maio de 2007, Dirceu Barbano trabalha no Ministério da Saúde como diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos.

FGTS

Na mesma reunião poderá também ser votado projeto de lei do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que altera a forma de correção monetária dos de-

pósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De acordo com a iniciativa (PLS 193/08), esses depósitos serão corrigidos mensalmente pelo IPCA mais juros anuais de 3%.

O relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), é favorável ao projeto. Após a decisão da CAS, a proposição será examinada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Também está na pauta o PLS 58/03, de Paulo Paim (PT-RS), que propõe a recomposição do poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social, bem como o dos inativos e pensionistas da União.

Audiência discute produção e alta no preço dos alimentos

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará audiência pública amanhã, a partir das 11h, para debater a crise mundial da produção e o preço dos alimentos, suas causas prováveis e suas conseqüências no Brasil. O debate deverá abordar a alta de preços internacionais, a especulação financeira e a transformação de áreas de cultivo de alimentos em áreas de produção de biocombustíveis.

Em requerimento para a realização do debate, o senador José Nery (PSOL-PA) argumentou que o Brasil não está imune aos efeitos dessa crise mundial, uma vez que os indicadores econômicos mostram a influência negativa de tal processo. Segundo ele, tem havido aumentos expressivos

nos preços dos produtos derivados do trigo e escalada dos preços do arroz, que levaram o governo a anunciar medidas de contenção de preços de alimentos.

Estão convidados para a audiência pública os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; o relator para o Direito à Alimentação das Nações Unidas (ONU), Jean Ziegler; o diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Ariosvaldo Umbelino; e os presidentes das confederações nacionais da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Fábio Meirelles, e dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos.



Bruno Spindler/ABR

Aumento do preço dos alimentos já se refletiu na taxa de inflação

Zoneamento e expansão de culturas: em debate, como usar melhor o solo

A Subcomissão dos Biocombustíveis e a comissão a que está vinculada, de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), promovem audiência pública amanhã, a partir de 14h30, para discutir o zoneamento agrícola brasileiro e a expansão de culturas para a produção de biocombustíveis. Para o debate, foram convidados os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Autor de um dos requerimentos da audiência, o senador Expedito Júnior (PR-RO) manifestou sua preocupação

com o zoneamento agrícola em relação ao cultivo da cana-de-açúcar no Brasil, bem como com a possibilidade de esse cultivo ser proibido na Amazônia Legal e no Pantanal.

Além desse requerimento, aprovado pela CRA, também pediram a audiência pública, em requerimentos aprovados pela subcomissão, o senador João Tenório (PSDB-AL) e o ex-senador acreano Sibá Machado. Eles defenderam debates, respectivamente, sobre o mercado para a produção do etanol brasileiro e o impacto dessa produção no meio ambiente.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Jefferson Praia

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais

Tratamento de imagem: Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920



Jefferson Praia diz que a telefonia celular é deficiente no estado

Falta acesso à comunicação na Amazônia

Jefferson Praia (PDT-AM) chamou a atenção para as deficiências de infra-estrutura de grande parte dos municípios amazonenses e da Amazônia de um modo geral. De quinta-feira até o último domingo, o senador visitou os municípios de Novo Aripuanã, Lábrea, Canutama, Tapauá, Anori e Codajás, e disse que essas localidades estão sentindo falta de serviços, como os de comunicação.

– Percebi porque eu fui, de certo modo, afetado, e sentimos o que o povo da Amazônia sente, prejudicado pela falta de infra-estrutura básica. Os senhores talvez não tenham a percepção do que é estar na Amazônia, praticamente isolado, sem poder se comunicar com seus parentes ou conhecidos em Manaus – disse o senador.

Segundo ele, o serviço de telefonia celular, de responsabilidade da Telemar, não oferece aos amazonenses do interior a oportunidade que hoje têm os cidadãos nas diversas cidades e capitais do país. Para Jefferson Praia, o desejo de proteção e de integração da Amazônia por parte do mundo inteiro traz esperanças de que os moradores da região possam se beneficiar num futuro próximo de melhor infra-estrutura.

Lacunas

Jefferson Praia anunciou que pretende fazer gestões junto ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, no sentido de que essa deficiência na telefonia celular possa ser sanada. Ele também observou que, em decorrência de muitas lacunas no que se refere à saúde, à educação e ao trabalho, as crianças, os adolescentes e os jovens do Amazonas estão recorrendo às drogas e à prostituição.

– Tão importante quanto o desafio de estarmos sempre vigilantes em relação ao desmatamento na Amazônia é propiciarmos qualidade de vida aos nossos 25 milhões de habitantes – observou o parlamentar.

Jefferson Praia enfatizou ainda o problema da alimentação deficiente em algumas localidades, o que tem provocado disfunções no crescimento da população. Ele salientou que o peixe e a farinha, mesmo sendo alimentos ricos, não são suficientes para uma nutrição completa.

Senador cita estudos mostrando que falta de capacitação do trabalhador para lidar com processos tecnológicos complexos limita a capacidade de produção do país

Educação básica ruim afeta o desenvolvimento, diz Papaléo

PAPALÉO PAES (PSDB-AP) lamentou o fato de a má-qualidade da educação básica ser hoje fator de estrangulamento do desenvolvimento brasileiro. Em pronunciamento no Plenário, o senador citou ontem estudos realizados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) que apontam a falta de capacitação do trabalhador para lidar com processos tecnológicos complexos como um dos principais fatores limitativos da capacidade de produção. Além de melhoras na educação básica, Papaléo pediu mais investimentos em escolas técnicas.

Para o senador, a baixa qualidade da educação básica é um problema não só para o recrutamento de trabalhadores, mas também para sua capacitação dentro da empresa. A falta de capacitação de trabalhadores deixa muitas empresas nacionais sem competitividade no exterior, afirmou Papaléo, citando como exemplo os setores sucroalcooleiro, de vestuário, de equipamentos de transporte e de veículos automotores, entre outros.

Papaléo disse que muitas empresas se vêem obrigadas a investir em qualificação de mão-de-obra. Mencionou o caso de empresários que criaram curso técnico de nível médio para o setor alcooleiro, com aulas práticas nas próprias usinas. Segundo o senador, todos os alunos da primeira turma já têm emprego garantido.

O parlamentar referiu-se à pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) que relaciona as mais promissoras profissões do setor. São elas: engenheiro de petróleo; engenheiro ambiental; técnicos em produção, conservação e de qualidades em alimentos; ajudantes de obras civis; analista de sistemas computacionais; trabalhadores da fabricação de cerâmica estrutural para construção; técnicos de produção de indústrias químicas, petroquímicas, refino de petróleo, gás e afins; técnicos em fabricação de produtos plásticos e de borracha; técnicos florestais; e técnicos em manipulação cêutica. A feita com

dustriais brasileiras que, juntas, empregam quase 500 mil trabalhadores.

O senador disse que somente com a criação de cursos técnicos o país vai conseguir derrubar o elevado nível de desemprego entre jovens, ao mesmo tempo em que há postos de trabalho não ocupados em consequência da baixa qualificação. Ele informou que dois projetos de sua autoria – autorizando a criação da Escola Técnica Federal de Macapá (PLS 484/03) e da Escola Técnica Federal de Construção Naval, em Santana, no Amapá (PLS 341/07) – foram aprovados em decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguardam votação na Câmara.

Papaléo ainda elogiou o jornalista Gilberto Dimenstein por sua dedicação à causa da educação.

Em aparte, o senador Marco Maciel (DEM-PE) lamentou o fato de algumas empresas não conseguirem se instalar em algumas regiões do Brasil, em virtude da falta de mão-de-obra qualificada.



Segundo Papaléo, criação de cursos técnicos elevará nível de emprego entre os jovens

Alvaro: pesquisas “retratam um país em guerra”

Em discurso pronunciado ontem, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que pesquisas sobre violência no Brasil “retratam um país em guerra”. Ele disse que nas grandes cidades brasileiras a porcentagem de vítimas da violência que apresentam sintomas de estresse pós-traumático é similar à de países que passaram por guerras ou conflitos armados internos na história recente, como a Argélia, o Camboja e a Etiópia.

O senador pediu mais agilidade dos deputados federais na apreciação de projetos já aprovados no Senado sobre segurança pública. Ele citou como exemplo o projeto de lei de sua autoria que proíbe o contingenciamento de verbas orçamentárias referentes a programas de segurança pública (PLS 134/06).

Alvaro explicou que seu projeto obriga a aplicação do total de recursos previstos no Orçamento da União para a área de segurança pública. A proposta prevê a punição, caso a norma não seja cumprida, dos ministros da Fa-

zenda e da Justiça pelo crime de responsabilidade, o que poderia incluir também o presidente da República, os governadores e os secretários de Segurança.

Transtorno

O parlamentar comentou recente pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), segundo a qual uma em cada dez vítimas de violência da cidade de São Paulo, nos últimos 12 meses, apresenta

sinais de transtorno de estresse pós-traumático.

– É como se o Brasil estivesse em guerra, revela essa pesquisa. É o equivalente a 1,1 milhão de pessoas que, nos últimos 12 meses, sofreram ou testemunharam situações violentas e desenvolveram problemas emocionais debilitantes o suficiente para impedi-las de seguir com uma vida normal – disse, acrescentando que o estresse pós-traumático é típico distúrbio emocional de ex-combatentes de guerra.

Alvaro comentou os dados do Ministério da Saúde, os quais dão conta de que um em cada 20 mortos no Brasil é vítima de homicídio. De acordo com o senador, o índice de brasileiros falecidos vítimas de agressão passou de 14,1 para cada 100 mil habitantes, em 1980, para 27,2 por 100 mil, em 2004. E essa é apenas a média nacional, destacou o senador, pois cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife apresentam índices bem mais elevados.



Fotos de Genaldo Magalhães

Maciel: envio de condolências à família de Pelópidas Silveira

Maciel lamenta morte de ex-prefeito

A morte, aos 93 anos, do ex-prefeito de Recife Pelópidas Silveira, foi lamentada por Marco Maciel (DEM-PE). Segundo o senador, Pelópidas foi “um político ético, que não se negava ao diálogo”.

Além de ter sido prefeito por duas vezes (em 1946 e em 1955), Pelópidas foi professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e vice-governador do estado.

O ex-prefeito era um político de esquerda filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Compareceram ao enterro, no domingo, quase todos os candidatos à Prefeitura de Recife, o atual prefeito João Paulo (PT), o governador Eduardo Campos (PSB) e o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), informou Maciel.

Ele pediu que o Senado envie condolências à família, à Prefeitura de Recife, ao governo estadual e à Universidade Federal de Pernambuco.

Hospital

Maciel registrou ainda o cinquentenário do Hospital Barão de Lucena, do Recife. Ressaltou que ele só foi construído graças ao trabalho do empresário José Pessoa de Queiroz, que, durante dez anos, lutou para conseguir verbas privadas e públicas para a obra.

Inaugurado em 1958 pelo presidente Juscelino Kubitschek, o hospital atendia, preferencialmente, os trabalhadores rurais.

À época, disse o senador pernambucano, era um dos maiores hospitais do país, com 450 leitos. Em 1973, o Barão de Lucena passou às mãos do antigo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps) e, a partir de 1990, foi para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo Maciel, hoje o hospital é referência no controle de infecções hospitalares, tendo recebido o certificado “Amigo da Criança”, emitido pela Organização das Nações Unidas para Infância (Unicef), por sua dedicação ao controle do câncer em crianças.

EM VISITA AO Senado Federal na tarde de ontem, a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, anunciou a intenção de dar início à construção da embaixada do país em Brasília. Segundo a chefe de Estado, a decisão, tomada 40 anos após o terreno destinado à obra ser locado, é simbólica, já que ocorre num momento em que as duas nações se mostram dispostas a aprofundar seus vínculos.

Cristina Kirchner foi recebida no Salão Nobre pelo presidente Garibaldi Alves e por um grupo de senadores e deputados. Ao ser homenageada pelo senador e ex-presidente José Sarney (PMDB-AP), ela se disse feliz por acreditar que Brasil e Argentina têm conseguido superar aquele que é, a seu ver, um dos grandes obstáculos à integração – a crença de que os dois países seriam inimigos.

Ao final do encontro, a presidente da Argentina assinou o *Livro de Honra* do Salão Nobre.

Visita ao Brasil

Na conversa com os senadores, Cristina Kirchner relatou sua satisfação por ser a convidada de honra das comemorações do 7 de Setembro no Brasil. No último domingo, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ela participou do desfile da Independência, na Esplanada dos Ministérios.

A visita da presidente da Argentina ao país teve por objetivo a assinatura de acordos de cooperação técnica para identificar projetos que permitam desenvolvimento e integração produtiva. Uma das principais medidas adotadas foi a decisão da utilização de moedas locais nas transações comerciais entre os dois países. Segundo o ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, a medida vai facilitar o comércio e possibilitar que empresas de menor porte possam entrar nas transações bilaterais.

O comércio entre os dois países movimenta US\$ 25 bilhões. O país vizinho é o terceiro maior parceiro comercial do Brasil.

Presidente da Argentina visita Senado

Cristina Kirchner considera-se “feliz” por acreditar que brasileiros e argentinos superaram crença de que eram inimigos



Foto: de Gerardo Magalhães

Recebida por Garibaldi Alves Filho, a presidente foi apresentada a senadores e deputados federais. Na oportunidade, assinou o *Livro de Honra* do Salão Nobre

Senadores da CRE prestigiam militares no Haiti

A comitiva de senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que viaja em missão por países do Caribe e da América Central chegou a Porto Príncipe, capital do Haiti, no domingo passado. O objetivo da visita, explicou o chefe da delegação e presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), foi prestigiar os 1.200 militares brasileiros que coordenam missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) na região desde 2004.

Os parlamentares chegaram ao Haiti no momento em que o país sofre com os estragos causados pelos furacões Gustav, Hanna e Ike. O presidente do país, René Préval, reuniu-se no domingo com representantes do Brasil, dos Estados Unidos, da França e do Canadá para pedir ajuda para reconstruir pontes derrubadas pelo Ike, que deixou isoladas cidades ao norte do país. No sábado, o governo brasileiro anunciou que enviará US\$ 100 mil de auxílio humanitário à população haitiana.

A delegação desembarcou no Aeroporto Internacional Toussaint Louverture, em Porto

Príncipe, e foi acompanhada por escolta da ONU até a base militar brasileira General Bacellar, onde ficaram hospedados. No primeiro dia, os senadores visitaram as instalações militares brasileiras de Forte Nacional e Base Raquel de Queiroz.

A comitiva visitou ainda o bairro mais pobre de Porto Príncipe, Cité Soleil, onde vivem cerca de 400 mil pessoas. Os senadores não presenciaram cenas de violência e o comboio das Nações Unidas foi saudado pela população local. Muitos haitianos pediram comida à comitiva.

Os senadores assistiram a palestras sobre a atuação brasileira no Haiti. O comandante da Base, coronel Pedro Antônio Fioravante, contou aos senadores que, quando as tropas brasileiras chegaram a Porto Príncipe, encontraram a cidade tomada por guerras de gangues rivais, com lixo ocupando as ruas e o leito de rios. Viram pelas ruas de Porto Príncipe corpos em decomposição e cães vadios alimentando-se de cadáveres humanos. Grande parte da população não podia deixar suas casas por causa da

violência.

Controle

Segundo o coronel, a situação hoje está sob controle e a violência foi contida. Os militares transitam sem maiores problemas por toda a cidade. Os pelotões de engenharia auxiliam a população local em obras de limpeza e infraestrutura.

Além de Heráclito, fazem parte da comitiva os senadores Marco Antônio Costa (DEM-TO), Virgínio de Carvalho (PSC-SE), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e o embaixador José Marcus Vinícius Sousa, que representa o Poder Executivo. Os senadores já visitaram a Guiana, o Panamá, a Jamaica e a República Dominicana.

No Haiti, a população se vê privada de serviços básicos. O país tem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,529, o que o deixa na 146ª posição entre 177 países. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, cerca de 52% dos haitianos estão abaixo da linha da pobreza, a desnutrição crônica afeta 51% da população e a expectativa de vida no país é de 52,4 anos.

Exposição *Artistas Brasileiros* começa na quinta-feira

O Senado inaugura nesta quinta-feira, às 11h, a exposição *Artistas Brasileiros 2008 – Novos Talentos*. Esta é a quarta edição do evento, que vem revelando novos nomes nas artes plásticas de todos os estados brasileiros, indicados pelos senadores. Neste ano, a mostra apresenta obras de 62 pintores.

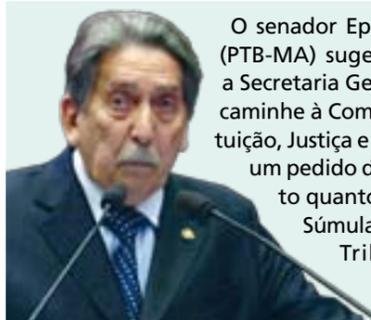
De acordo com a Secretaria de Relações Públicas do Senado, a cerimônia de abertura da exposição contará com a presença de parlamentares, artistas plásticos e autoridades convidadas. Entre os pintores participantes, está o artista de Uberlândia (MG) Charles Chaim, indicado pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG). O pintor, que iniciou sua carreira artística há dez anos, tem como referência Andy Warhol e traz para a exposição um retrato do arquiteto Oscar Niemeyer.

Também participará da mostra a artista baiana Ângela Bonfante, indicada pelo senador César Borges (PR-BA). Ela expõe a obra *Vale do Canela – Cidade de Salvador*. O desenho e a pintura são as áreas de maior interesse da artista.

A exposição, que representa a diversidade cultural brasileira, tem como principal objetivo a consolidação de um espaço aberto à divulgação da cultura nacional.

Artistas Brasileiros fica aberta ao público até o dia 28 de setembro, das 9h30 às 17h, no Salão Negro do Congresso Nacional.

Epitácio Cafeteira: “Parente nomeado antes deve ser demitido?”



Cafeteira pede que C CJ esclareça aplicação de súmula do Supremo

O senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) sugeriu ontem que a Secretaria Geral da Mesa encaminhe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) um pedido de esclarecimento quanto à aplicação da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal (STF) – em vigor desde o último dia 29 – que proíbe o

nepotismo nos três Poderes. Epitácio Cafeteira quer saber se parentes seus que já trabalhavam no Legislativo antes de ele ser eleito senador podem permanecer em seus cargos.

– Tão logo saiu a súmula, eu demiti um parente que tinha sido por mim nomeado. Agora a questão é: e os meus parentes, neste Poder, que foram nomeados antes de eu ser senador? Será que estão atingidos porque fui eleito? – indagou o parlamentar. Epitácio Cafeteira disse que a

súmula está correta ao eliminar a nomeação de parentes, mas cabe ao Senado a decisão de “interpretá-la”, tendo em vista que a norma não trata dessa questão específica.

– A súmula diz: “a nomeação do cônjuge etc.”. Ou seja, fala na nomeação, não fala na anterioridade da designação. Todos os que nomeei, demiti. Mas os que não nomeei, eu não vou demitir, a não ser que seja diferente a interpretação da C CJ – afirmou.